

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: **Biografia e Sociedade**

Título do Trabalho: **Outras formas de interpretar a prisão: Biografias de mulheres com experiência de encarceramento**

Autora: **doutoranda de Ciências Sociais Karina Schuh Reif**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs)

Outras formas de interpretar a prisão: Biografias de mulheres com experiência de encarceramento

Resumo

Com o objetivo de evidenciar experiências femininas de prisão e de liberdade, este artigo traz a análise de histórias de vida contadas por suas próprias autoras, a partir do método Narrativas Biográficas, cuja proposta é explorar as interpretações subjetivas dos indivíduos. Uma das bases teóricas para este trabalho é o autor Alfred Schutz, o qual entende a ação e o sentimento dos atores como base do sistema social. Nesse sentido, é importante compreender a maneira como o sujeito interpreta as experiências, assim como as motivações para saber o que o levou a adotar atitudes específicas em relação ao seu meio. Neste texto, são trabalhados três aspectos evidenciados em entrevistas com egressas do sistema prisional. Um deles é o estigma de ex-presas. O segundo é o reforço de papéis de gênero, utilizado como uma das formas para atenuar a imagem de criminosas e/ou violentas. O terceiro aspecto é o caráter corretivo que elas atribuem ao cárcere. A metodologia escolhida aponta a análise de períodos biográficos anteriores como uma contribuição para a compreensão da maneira como a liberdade é vivenciada. Entre os resultados da pesquisa está a constatação de que, pelo menos, a amostra analisada não confirma a lógica trabalhada por parte dos autores de que a cadeia funcionaria como uma “escola do crime”. As considerações levam ao entendimento de que as entrevistadas querem uma nova oportunidade. A prioridade dada à família é utilizada como motivação para não reincidência.

Introdução

Ao analisar a narrativa da trajetória de um indivíduo, é possível encontrar a gênese de suas interpretações e ações para compreender de que forma aquela biografia seguiu determinado rumo. Com o método interpretativo, podemos remontar a realidade social e esclarecer as relações entre o geral e o particular, lembrando que cada fenômeno tem origem no geral, sendo também parte dele (ROSENTHAL, p. 90-217, 2014). Pesquisas com o uso de histórias de vida têm servido para o entendimento dos mais diversos fenômenos sociais. No entanto, esse tipo de abordagem ainda é pouco utilizada na produção de pesquisas empíricas no Brasil (SANTOS, SUSIN; OLIVEIRA, 2014, p. 366-377). Com o objetivo de evidenciar experiências femininas de prisão e de liberdade, este artigo traz os resultados da análise de histórias contadas por suas próprias autoras, a partir do método

Narrativas Biográficas¹, cuja proposta é explorar as interpretações subjetivas dos sujeitos². Dessa forma, a intenção é trazer novos elementos a respeito do assunto.

A literatura que trata do tema, frequentemente, atesta que a cadeia funcionaria como uma “escola do crime”, pois as instituições são, em tese, ambientes favoráveis à violência e humilhações, o que resultaria em reincidência, assim como agravaria atos posteriores (WACQUANT, 2004). É razoável pensar que boa parte dos apenados siga no caminho do crime em razão da interpretação que fizeram de sua passagem pela prisão, mas é também preciso admitir que existem outras possibilidades de entendimento sobre o período de privação de liberdade. E é isso que será trazido nas próximas páginas.

Uma amostra de sete mulheres que havia cumprido pena de prisão contrariou a lógica mencionada anteriormente e demonstrou a possibilidade de interpretações diferentes, que estão diretamente relacionadas às escolhas que seriam feitas após a libertação³. Ficou evidente que, para esse grupo, o tempo na penitenciária foi entendido como uma lição, que motivou, por mais de uma razão, o não retorno ao crime quando saíram, por exemplo.

As abordagens adotadas para trabalhar o tema têm considerado essencialmente o ponto de vista institucional, além de discussões pautadas, principalmente, em normas e regras. Assim, o eixo analítico raramente leva em consideração a ótica dos atores sociais a respeito da prisão, por exemplo (BITENCOURT, 2012, p. 12-13).

Contudo, a subjetividade é um elemento a ser considerado no estudo dos fenômenos na pesquisa nessa área, pois os indivíduos agem com base em suas interpretações, as quais estão em constante produção, a partir da interação (ROSENTHAL, 2004, p. 49). As experiências que formam os estoques de conhecimento que cada um acumula ao longo da vida são como uma bagagem de informações coletivamente compartilhada e internalizada durante a socialização, conforme o sociólogo austríaco Alfred Schutz (2012). No caso das vivências de

¹ A abordagem da pesquisadora Gabriele Rosenthal (2014) observa a interpretação dos sujeitos sobre as experiências vividas para compreender os fenômenos sociais.

² Este artigo traz algumas reflexões e conclusões de minha dissertação de Mestrado, apresentada em março de 2016, com orientação do professor doutor Hermílio Santos.

³ Para minha dissertação de Mestrado (REIF, 2016), entrevistei sete mulheres com passagem pela prisão, entre 2014 e 2015.

prisão e de liberdade, a interpretação dos atores é crucial para o entendimento dos fenômenos relacionados.

Muitas vezes a liderança e a intencionalidade das mulheres são ignoradas, pois a conduta delas é classificada como involuntária e resultado de opressão (ALMEIDA, 2001, p, 17; BARCINSKI, 2009, p. 578). No momento em que elas são vistas como agentes, são abertas possibilidades para entendermos os contextos em atos que transgridem as teorias e discursos sobre as relações de gênero (BARCINSKI, 2009, p.585). Há cerca de 50 anos, as teorias sociais defendiam que os indivíduos eram o que a sociedade permitia. Portanto, a interpretação da literatura predominante é de que tinham pouca agência. Por outro lado, a teoria prática passou a utilizar um meio termo entre o poder do sujeito e os limites da sociedade. As forças culturais podem ser as mesmas em determinado grupo, mas as atitudes independentes são diferentes (ORTNER, 2007, p. 45).

A ação e o sentimento do ator estão na base do sistema social. Por isso, devemos tentar compreender a forma como o sujeito interpreta suas experiências, assim como suas motivações para saber o que o levou a adotar atitudes específicas em relação ao seu meio (SCHUTZ, 2012, p. 291).

Para isso, precisamos utilizar uma abordagem que coloque o indivíduo no foco da análise, já que é ele quem internaliza as regras sociais e as coloca em prática, conforme suas experiências, interpretadas e que também são motivadoras para os planos de ação (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 29). Com essa perspectiva procuramos saber como as mulheres se posicionam diante de situações de mudança de espaço durante o período de reclusão cumprindo pena e depois na etapa após o término do tempo dentro da cadeia. A forma como experienciam e interpretaram essas fases pode contribuir para as vivências posteriores. A análise fenomenológica da experiência da vida cotidiana não considera hipóteses causais ou genéricas. Se quisermos descrever a realidade do senso comum temos de nos referir às interpretações (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 37).

Indivíduos como porta de acesso para fenômenos sociais

As trajetórias de vida de cada sujeito são únicas, mas compartilham do mesmo tempo e espaço de outras biografias. Wright Mills (1965) observa que as

realidades da história contemporânea têm relação com o êxito e o fracasso individuais das pessoas. Reforçando a ideia de participação de histórias particulares para o curso da sociedade, o sociólogo Fritz Schütze (2010) salienta que não se pode partir do princípio de que tudo o que esteja relacionado com o destino pessoal seja irrelevante para a teoria sociológica (SCHÜTZE, 2010, p. 210). Segundo Schütze, estruturas processuais podem ser encontradas em muitas biografias. Existem combinações sistemáticas que, enquanto tipos de destinos pessoais, têm relevância social (SCHÜTZE, 2010, p. 210).

O indivíduo é uma porta de acesso para os fenômenos, já que é ele quem os vive. Portanto, o entendimento de sua história é um caminho para a compreensão dos fenômenos sociais. Schütze ressalta que o pesquisador precisa tentar relacionar os esforços teóricos interpretativos do portador da biografia com o contexto de vida no qual ocorreram os desencadeamentos dos processos. Por isso, a estrutura temporal e sequencial da história de vida do portador é fundamental, pois trata-se de uma sedimentação de estruturas processuais em sequência. Segundo o autor, a mudança da estrutura processual dominante no decorrer do ciclo da vida altera a interpretação da história por parte do portador da biografia (SCHÜTZE, 2010, p. 211).

O objetivo da pesquisa biográfica, portanto, não é entender somente o contexto de histórias de vida individuais, mas buscar elementos para uma compreensão das realidades sociais ou da relação entre a sociedade e a história de vida, pois quando reconstruímos um caso individual, estamos sempre com o objetivo de fazer afirmações gerais (ROSENTHAL, 2004, p.62). A biografia é a forma mais adequada para conhecer como o sujeito interpretou suas experiências e, principalmente, os “motivos porquê”⁴ realizou determinado ato, cuja resposta está no passado. A narração da história de vida é o caminho para a compreensão da relação do mundo interno e o externo, da interpretação das experiências e da motivação para empregar determinado plano e participar ativamente dos fenômenos sociais.

Schütze defende que a entrevista narrativa biográfica produz dados textuais que reproduzem de forma completa o “entrelaçamento” dos acontecimentos e a sedimentação da experiência da história de vida do portador da biografia. O

⁴ O autor Alfred Schutz diferencia os “motivos a fim de” e os “motivos porquê”. A primeira expressão se refere a planos futuros, já a segunda, a razões no passado. Depois de realizar determinada ação, o sujeito pode olhar para o que fez e investigar a razão e as circunstâncias o levaram a agir daquela forma (SCHUTZ, 2012, p. 141).

resultado é a explicitação do processo social de desenvolvimento e mudança de uma identidade biográfica, sem intervenções da abordagem metodológica ou pressupostos teóricos do pesquisador (SCHÜTZE, 2010, p. 213).

Entrevista narrativa e método de análise

Para realizar a entrevista narrativa, e conhecer a trajetória e as interpretações dos sujeitos, é preciso começar com uma questão aberta. O que se espera é obter uma narrativa inicial, a qual não deve ser interrompida pelo pesquisador (SCHÜTZE, 2010, p, 212). Ao pesquisado, é oferecido espaço para estruturar sua fala. Levando isso em consideração, as entrevistas – cujo resultado será mostrado neste artigo – foram realizadas de forma que o fluxo do relato seguisse sem perguntas ou outras intervenções.

A entrevista é dividida em duas partes. Na primeira, pedi que as egressas contassem sobre sua trajetória, avisando a todas que não iria interromper e que elas poderiam fazer isso da forma como considerassem melhor. Dessa maneira, elas priorizaram os temas conforme o sistema de relevância e interesse de apresentação. Durante a fala, os principais temas foram anotados.

Na avaliação de Gabriele Rosenthal (2004), quando o entrevistado é convidado a falar de sua vida de forma geral, independente do tema específico da pesquisa, cria-se um ambiente favorável para aparecerem experiências com significado biográfico para o personagem. Essas informações poderão ser interpretadas de maneira global e relacionadas com a história durante a análise.

Na segunda parte da entrevista, fiz, conforme preconiza o método, perguntas narrativas – sempre de acordo com os temas levantados pelas entrevistadas e na ordem com que elas falaram. O objetivo foi estimular que as interlocutoras localizassem na memória a imagem da situação relatada, narrando aquele momento da forma como tinham lembrança.

Terminada a entrevista, anotei a maneira como ocorreu o contato, as impressões sobre o momento e o local do encontro. Também reuni dados obtidos por outros meios como cadastro na entidade de assistência a egressos, em alguns dos casos, e processo judicial, quando foram encontrados. Além disso, procurei saber das informações sobre o nascimento e a história familiar. As entrevistas foram

transcritas preservando a linguagem utilizada pelas entrevistadas, sem pontuação, apenas com marcações para indicar tempo de pausas, suspiros, risos, apontamentos, interrupções, de acordo com o quadro que segue. Do total de entrevistas, seis foram analisadas de maneira global e uma, de forma sequencial, seguindo todos os passos da análise, a qual descrevo agora, de forma breve.

No primeiro passo da reconstrução, fiz uma observação dos dados biográficos, que foram colocados em ordem cronológica. Assim como as datas de eventos da vida da entrevistada, selecionei informações para compor o contexto histórico (ROSENTHAL, 2014, p. 227).

Nesta etapa, iniciei o processo de múltiplas hipóteses abductivas. Para cada item, são formulados caminhos que estavam disponíveis para o entrevistado seguir ao longo da vida. O objetivo é cogitar tudo aquilo que estaria disponível àquela pessoa naquele período. São estudadas alternativas coerentes com o sistema de regras e é considerado o que ela deveria ou poderia fazer dentro de um contexto específico. Da mesma forma, são formuladas ainda hipóteses secundárias de continuidades possíveis e caminhos com possibilidade de serem seguidos (ROSENTHAL, 2014, p. 227). Trata-se de um exercício para pensar a biografia de uma forma menos determinista e observar as escolhas feitas pela entrevistada. Na fase da investigação seguinte, que é a análise do campo temático, busquei os motivos que levaram a entrevistada a relatar os acontecimentos daquela forma e não de outra. As razões podem ser conscientes e intencionadas, ou o tema pode ser conduzido de modo latente (ROSENTHAL, 2014, p. 236). O objetivo é entender a imagem que a entrevistada quis transmitir e isso fica demonstrado nas opções por tratar de determinados assuntos e expor detalhes de sua biografia durante o relato inicial (ROSENTHAL, 2014, p. 236). Com cada sequência, busquei referências para construir hipóteses a respeito da sequência posterior. O exercício de trazer hipóteses de forma abductiva para cada tema da entrevista é para procurar elucidar o interesse de apresentação do entrevistado. Como ele quer ser compreendido? E de que forma faz isso?

Depois disso, o foco se volta para a perspectiva passada. Procurei saber como a entrevistada interpretou as experiências. Utilizei os resultados da análise dos dados biográficos e os contrastei com declarações da entrevista. Comparei todos os dados biográficos com os trechos do texto em que a entrevistada fala sobre aquele

assunto. Com essa técnica, é possível constituir o passado e seus significados e as interpretações à época de cada experiência. Ao comparar a cronologia com as declarações da entrevistada, ficam evidenciados os assuntos que ela deu mais destaque, que se ateve mais, ou os que pouco mencionou. Nessa ou em qualquer fase, é possível fazer a análise minuciosa das passagens textuais. Essa microanálise é uma tentativa de decifrar, principalmente, as estruturas latentes de sentido do texto. Esta etapa tem o objetivo de buscar as sequências que não ficaram claras para serem lidas em detalhe (ROSENTHAL, 2014, p. 247). Depois dessas etapas, vem a comparação entre vida vivida e vida narrada, quando compreendemos diferenças entre a perspectiva passada e a atual. É possível identificar disparidades temporais e temáticas, por exemplo. O contraste auxilia a encontrar a origem das diferenças entre o que foi narrado e o que foi vivenciado (ROSENTHAL, 2014, p. 248-249).

A entrevistada, a qual chamo de Marilene para preservar sua real identidade, foi escolhida para representar as demais egressas participantes da pesquisa. Com a narrativa dela, observo três aspectos escolhidos para análise e que ficaram explicitados em boa parte das falas das outras mulheres. O primeiro é o estigma; já o outro é o entendimento de que a prisão foi um ensinamento; por último está o reforço de papéis de gênero para atenuar a imagem de egressa do sistema penitenciário.

Reconstrução biográfica: Reforço de papéis de gênero para afastar estigmatização

Marilene tinha 49 quando contou sua trajetória em 2015. Ela havia passado dois anos na prisão, acusada de ter matado a amante do marido aos 22 anos. Em liberdade há quase duas décadas, tentava demonstrar que se recuperou, que era honesta e não representava perigo à sociedade, sem intenção de reincidir no crime que cometeu. Isso foi sustentado pela ênfase que deu à sua própria avaliação de que o período de encarceramento foi de “aprendizado” e, por consequência, de mudança da maneira de agir. Ela poderia ter falado mais das dificuldades e tristezas que teve dentro do presídio, ou simplesmente não mencionar muitas passagens com foco no lado de dentro dos muros, mas optou por se

apresentar dessa forma. Marilene ressaltou a opinião de outras pessoas, profissionais ligados aos órgãos institucionais, que a consideravam, segundo interpretação dela, diferente das demais encarceradas. As apenas com quem compartilhava o espaço pertenceriam ao ambiente prisional, enquanto Marilene teria sido encaminhada ao local em função de um “acidente de percurso”, resultado de uma ira acumulada contra a vítima, conforme sua fala. Uma das hipóteses para ressaltar os comentários que outras pessoas faziam sobre ela é que tenha a necessidade de se diferenciar de outras presas e, por consequência, causar uma boa impressão à interlocutora.

O fato de ter matado uma mulher é interpretado e reinterpretado por Marilene ao longo da entrevista. Ela começa a contar sua vida pelos traumas da infância: morte do pai, seguida de transferência de guarda dela para um casal de tios, suicídio da tia, e retorno ao convívio materno, o qual foi marcado por agressões e cobranças. Na sequência, comenta que o marido era infiel e também a espancava. Uma das amantes a atormentava e, não sabendo lidar com isso, em um momento de raiva, tirou a vida da rival. Punida não somente com a privação de liberdade, mas também pelo título de assassina que lhe foi conferido, Marilene passa pela prisão e demonstra que os dois anos que esteve do lado de dentro das grades representaram um momento que usou para pensar sobre sua vida, refletir a respeito do contexto em que ela transcorre, assim como suas escolhas. A partir daí, a liberdade seria vivenciada, conforme relata na entrevista, com um posicionamento menos agressivo. A prisão, portanto, representa o rompimento com o passado violento, primeiro na infância, depois na vida adulta e que culminou no cometimento do assassinato.

Na entrevista de Marilene, o ato de matar e de ser punida representam uma interrupção na vida dela. Ela descreve que esperou ser presa, se entregou, aguardou todo o processo e o julgamento, se apresentando nas audiências até ser condenada e levada ao presídio. A pena estipulada pela Justiça foi de 12 anos e oito meses e se resumiu a dois anos em sistema fechado e dois no semiaberto, segundo Marilene. A entrevistada entende como justa a pena de reclusão e interpreta o período em que esteve presa como de aprendizado.

Marilene fala em sua entrevista que transformou o tempo que poderia ser perdido na prisão, como um momento produtivo. Essa noção de resiliência está

presente no transcorrer da entrevista e tem relação com o interesse de apresentação. Ela fala do fato de ter ido para a prisão como oportunidade produtiva.

Eu aproveitei e nesse tempo que eu tive na penitenciária eu tirei o que tinha de bom eu suguei tudo de bom eu fiz tratamento psicológico eu fiz um grupo lá que a diretora fez de regressão a gente tratou tudo os nossos bichos as nossas raivas os nossos monstros aquilo foi espetacular ((fala pausada com entusiasmo)) eu digo hoje eu sou a mãe que eu sou por causa do que eu fiz se não eu seria a mesma minha mãe ou pior eu seria uma bola de fogo eu ia maltratar meus filhos igual eu fui maltratada e agradeço olha tem coisas que tu tem que passar na vida de um limão tu faz uma limonada claro que não é uma coisa pra se vangloriar ah eu fiz passei mas eu tentei já que tinha errado tava ciente do meu erro tirar o que é possível o que é bom não vou pegar o que é ruim peguei o que era bom, toquei minha vida pra frente (transcrição: Marilene, p. 8, linha 285-295)

Sobre o aprendizado, quase todas as demais entrevistadas também mencionaram que encaram a cadeia como uma lição. Pesquisa realizada por Raquel Matos e Carla Machado (2007), em Portugal, mostra discursos semelhantes aos da amostra de entrevistas para esta dissertação. As presas relacionam aspectos positivos associados à significação da prisão como contexto que permite às reclusas amadurecer, por exemplo. Por outro lado, emergem significações negativas ligadas à privação de liberdade, como não poder sair, o impacto que a reclusão causa nos outros, em particular na família (MACHADO; MATOS, 2007, p. 1046).

Segundo as autoras, a ambivalência nos discursos das mulheres dá a entender que não seria legítimo dar uma significação positiva à prisão. Contudo, na construção da narrativa algumas interpretam positivamente o desafio da reclusão, como algo que lhes permite conhecer capacidades que desconheciam possuir, assim como atribuem visões pessimistas. Outras entrevistadas ainda descrevem apenas as consequências da inadaptação.

As pesquisadoras identificaram ainda que o desvio que levou as entrevistadas à prisão é representado como uma suposta anomalia. Já a vida futura é remota e idealizada como “normal”.

Tal idealização conduz-nos ao argumento de que a construção narrativa do crime e da reclusão como interrupções nos percursos de vida destas mulheres faz parte de uma sua estratégia de auto-apresentação em conformidade com os discursos dominantes da feminilidade. Através deste discurso parecem procurar corresponder ao discurso tradicional sobre a mulher, que pressupõe que qualquer elemento transgressivo no seu percurso de vida seja inevitavelmente considerado uma exceção ou um desvio à «natureza feminina». Note-se, aliás, como em qualquer destes dois

posicionamentos é notória a preocupação com a «normalidade», sendo esta normalidade feminina equacionada com o contexto da família, do trabalho e da escola, excluindo qualquer possibilidade de desvio (MACHADO; MATOS, 2007, p. 1052).

Outra visão sobre o “aprendizado” dentro da cadeia é de um significado de assimilação da cultura e da ética carcerária. Isso se faz necessário para que o indivíduo preso consiga lidar com questões apresentadas (PEREIRA, 2011, p. 46). A partir de um estudo sobre educação no presídio feminino de João Pessoa em 2008, Helen Halinne Rodrigues de Lucena e Timothy D. Ireland (2013) analisam o conteúdo narrativo de presas observando que, além do ensino formal oferecido na instituição, é possível notar um "espaço rico de aprendizagens" resultado das próprias experiências cotidianas das mulheres (LUCENA; IRELAND, 2013, p. 129). A convivência foi uma das aprendizagens que mais se destacou nas narrativas das encarceradas. Em todas as entrevistas, o aprender a conviver é uma condição indispensável para sobreviver na prisão. Dessa forma, o espaço carcerário é um espaço onde, além de ser necessário ter habilidades para lidar com os conflitos do contexto social, necessita de aprendizagens que passam pela descoberta e pelo respeito do outro com quem passam a conviver (LUCENA; IRELAND, 2013, p. 130).

Vale sublinhar que, por ser extremamente necessária para se sobreviver na prisão, a aprendizagem da convivência – em maior ou em menor grau – acaba também sendo imposta por esse contexto, já que não se tem outra alternativa. Assim, a necessidade de se ter uma boa convivência produz novas sociabilidades que, de um lado, podem fortalecer a percepção de interdependência uns dos outros, para que se administrem melhor os conflitos que, por acaso ali se cheguem a formar, e, de outro, podem favorecer a organização de grupos identitários e, com eles, contribuir para a produção de conflitos entre os desiguais. Trata-se de um mundo em que se aprende a dar valor à liberdade e em que as pessoas a quem menos se valorizava passam a ser as mais importantes. Nesse mundo, também se tem que conviver com coisas tristes, como a rejeição e o abandono. Em que chorar é mais comum do que sorrir e em que a lua e as estrelas, tão despercebidas por quem está fora dele, não podem ser contempladas. É, enfim, um mundo onde as experiências se transformam em aprendizagens, e as aprendizagens se transformam em novas experiências (LUCENA; IRELAND, 2013, p. 130).

Além de destacar a mudança de comportamento, Marilene ainda mostra necessidade de convencer sobre essa transformação, lembrando que o assassinato que cometeu seria resultado de seu passado e que essas vivências haviam sido retrabalhadas na cadeia, com base em outras experiências. Uma das hipóteses para isso é a tentativa de provar, em seu discurso, que está recuperada e que não se

enquadrava no papel de assassina, até porque vestiu esse rótulo somente por uma ocasião e expurgou o título no período da prisão. A preocupação em demonstrar, apesar de ter cometido um assassinato no passado, que não quer ser vista como assassina eternamente, pode ser a resposta para a tendência a mencionar seu papel de mãe amorosa, preocupada com os filhos, os quais teve com o segundo marido, depois de liberta. Para Howard Becker (2009), basta cometer um único crime para ser rotulado de criminoso. A partir daí, presume-se que esse sujeito seja alguém que sempre irá desviar das leis. Outras entrevistadas também deram ênfase ao lado maternal, acrescentando ainda a questão do trabalho como forma de se aproximar da representação de honestidade – nesse caso, especialmente as que foram presas por tráfico e que teriam ingressado no crime para obter recompensas econômicas.

Resultados gerais da análise

Após serem condenadas, punidas e libertadas, as egressas entrevistadas têm o interesse de dizer que estão correspondendo a expectativas da sociedade e do sistema punitivo. As pesquisadas relatam que estão cuidando dos filhos e cumprindo a responsabilidade esperada.

O processo de estigmatização pelo qual passam as mulheres encarceradas é algo que perpassa toda a sua história. Costuma-se atribuir a elas adjetivos do tipo: más esposas, mães más, mulheres sem alma. Geralmente, quando se pensa em pessoas más, costumamos excluir, dessa definição, as mulheres e, principalmente, mães. No entanto, a mulher que comete irregularidades é vista, normalmente, como alguém que possui muita maldade (FRANÇA, 2014, p. 222). A expressão “mulher encarcerada” remete a uma representação individual e derivada de um contexto social, histórico e cultural que atribui à mulher um conjunto de estigmas (RODRIGUES, 2012, p.17). Quando comete um crime, por exemplo, elas estariam assumindo um lugar reservado ao homem, que é mais associado à violação da ordem estabelecida. A resposta social às mulheres que fizeram crimes, portanto, acaba sendo a exclusão (FRANÇA, 2014, p. 223).

Todas entrevistadas mencionam a questão da maternidade. Isso porque se cobra que mulheres tenham o suposto “instinto materno”. Conforme bibliografia

sobre o assunto, é comum que queiram corresponder a isso, já que ainda é conferida às mães espaço respeitável na sociedade, mesmo que tenham ocorrido mudanças culturais nesse sentido. A maternidade é entendida como central na identidade da mulher. Dessa forma, a tendência é a reforçar o desejo de ser uma boa mãe, principalmente na prisão (BARCINSKI; CÚNICO, 2014, p. 65-66).

Olga Espinoza (2004) lembra que muitas das prisões femininas foram instaladas em conventos, com a finalidade de induzir as mulheres "desviadas" a aderir aos valores de submissão e passividade. Apesar de essas casas prisionais não serem mais gerenciadas por entidades religiosas, ainda existe, segundo a autora, uma necessidade de controlar as mulheres. O objetivo seria encaixá-las em modelos tradicionais, entre eles os da família nuclear, em que a mulher tem papel passivo e de cuidadora do marido e dos filhos. Dessa forma, fica acentuado o caráter reabilitador, com intuito de restabelecer a mulher como a esposa (ESPINOZA, 2004, p. 85). Durante o cumprimento da pena, são impostos valores que compreendem a docilidade e a domesticidade como virtudes (ESPINOZA, 2004, p. 52).

Quando retornam para o convívio misto – como define Goffman (1988) –, as egressas carregam a marca de terem passado pelo presídio e isso as diferencia de outras pessoas, especialmente das que fazem parte da mesma categoria de gênero, já que a expectativa em relação ao sexo feminino não envolve cometimento de delitos, por exemplo. Na interação com os que não têm passagem pela prisão, é esperado que os ex-presos sejam reincidentes. Isso porque seriam percebidos como pessoas desonestas ou de vontade fraca (GOFFMAN, 1988, p. 14). Nesse sentido, quem carrega o atributo de egresso pode tentar corrigir o “defeito” (GOFFMAN, 1988, p. 18), ou ressaltar características e comportamentos esperados para a categoria de que faz parte.

Considerações finais

A prisão deixa marcas na história biográfica de quem esteve atrás das grades e, muitas vezes, o reconhecimento disso só ocorre após o retorno ao convívio familiar (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, 39). No entanto, ainda que as celas representem medo e traumas, podem também estar relacionadas à experiência de

aprendizado e de lição. Isso não quer dizer que a prisão seja boa e que, dessa forma, cumpra a missão recuperadora. A necessidade que algumas mulheres, como foi o caso da entrevistada apresentada neste artigo, têm de afirmar que mudaram por conta do processo punitivo pode ser uma forma de mostrar que as ex-detentas guardam na bagagem de conhecimento, principalmente, a experiência da estigmatização. E foi através desse prisma que Marilene e as demais pesquisadas contaram suas histórias, tentando comprovar que não se adequam à noção que as pessoas têm do conjunto das presidiárias, muitas vezes associado a uma massa homogênea com atributos negativos (PRIORI, 2011, p. 197). Utilizando o método Narrativas Biográficas, que tem como fundamentação a sociologia de Alfred Schutz, a qual considera a subjetividade dos personagens, foi possível observar a trajetória de mulheres que estiveram na mesma casa prisional sob o ponto de vista delas próprias, considerando os seus interesses de apresentação, portanto, a maneira como elas querem ser identificadas e compreendidas.

Evidentemente a interpretação que os indivíduos fazem de si e de sua história está relacionada com as vivências do passado e do presente. E esses entendimentos, por sua vez, estão em constante mudança e produção, pois dependem da interação com outras pessoas e com a sociedade como um todo (ROSENTHAL, 2004, p. 49). Conforme Alfred Schutz (2012), as experiências que formam os estoques de conhecimento que cada um acumula ao longo da vida são como um conjunto de informações coletivamente compartilhadas e internalizadas durante a socialização.

Por isso, o indivíduo pode ser uma porta de acesso para os fenômenos sociais, porque é ele quem os vivencia. Somente com uma metodologia que considera toda a trajetória do ator social é possível compreender todas as fases da trajetória do sujeito e ficar mais próximo da maneira como ele interpreta os fenômenos, assim como verificar os cursos de ação, que estão ancorados na biografia.

Praticamente todas as entrevistadas demonstraram necessidade de expressar que eram honestas, que não representavam perigo à sociedade e que, portanto, não iriam reincidir. Ficou clara na análise da narrativa de Marilene (egressa que teve sua biografia apresentada neste artigo) que ela explicitava essa recuperação falando que o período da prisão não foi perdido e, sim, um momento de

aprendizado que a ajudou a se comportar de forma diferente quando saiu. Outra questão que ficou evidente foi a necessidade de mostrar suas qualidades como mãe. Mesmo que a lição tivesse significados diferentes, assim como a maternidade, esses dois aspectos também estavam nítidos nas demais entrevistas. A hipótese principal para o reforço dos dois itens é que as egressas sentem-se estigmatizadas, embora nem sempre demonstrem isso de forma manifesta. A maneira que encontraram para minimizar o possível preconceito é afirmando que a passagem pela prisão as transformou e elas estão mais próximas do que é esperado para o papel de mulher, incluindo ser boa mãe e não cometer violência.

O resultado do trabalho empírico vai ao encontro do que havia sido levantado para a parte teórica, em que os autores mostram que a estrutura social determina uma série de funções para o homem e para a mulher, como adequadas ou naturais para cada gênero, apesar de essas atribuições serem diferentes de acordo com a cultura, a classe e o contexto histórico (MARODIN, 1997, p. 9). Segundo a literatura, cometer crimes, ser violenta, infringir a lei e as normas sociais não são para o senso comum compatíveis aos papéis femininos. Isso porque as mulheres são representadas, normalmente, pela passividade e delicadeza (PRIORI, 2011, p. 195). Por esse motivo, um ato de violência estaria mais relacionado aos estereótipos masculinos e, quando a mulher assume esse espaço reservado ao homem, a resposta social acaba sendo a exclusão (FRANÇA, 2014, p. 223). A punição é dupla porque a mulher descumpriu tanto as normas esperadas da divisão dos sexos, como as normas legais, estabelecidas pelo código penal (FACHINETTO, 2012, p. 359; FRANÇA, 2014, p. 223; PRIORI, 2011, p. 195).

Como já foi dito, a adequação ao papel feminino está representada pela maternidade nos discursos das entrevistadas. Isso inclui relatos de cuidado e preocupação com os filhos. A prioridade dada à família é utilizada como demonstração de motivação para não reincidência. Para chegar a ser boa mãe, a entrevistada Marilene expressa que teve que passar por situações adversas, incluindo a violência e a privação de liberdade. De acordo com seu interesse de apresentação, Marilene mudou sua postura de vida somente porque passou dois anos no regime fechado. Segundo ela, caso não tivesse sido presa, trataria os filhos com agressão, assim como sua mãe fazia. Se antes Marilene resolvia os conflitos

com violência, depois da experiência de prisão, passou a recorrer a outras alternativas, como ficou demonstrado em sua trajetória de vida.

Muitos autores chegaram a citar o caráter “domesticador” da cadeia feminina, como um local para “enquadrar” as mulheres no papel de gênero, já que elas se distanciaram cometendo o crime que às levou para a prisão. Essa característica é sustentada, especialmente, pelo tipo de trabalho e atividades oferecidos às detentas, muito relacionados com funções tradicionalmente ligadas às mulheres. Contudo, é interessante questionar se as penitenciárias brasileiras se propõem, mesmo que simbolicamente, a isso, ou se reproduzem as mesmas cobranças verificadas do lado de fora. Dessa forma, a prisão seria uma reedição do que a sociedade espera das mulheres, pelo menos nesse sentido.

Ficou claro que as ex-presas ouvidas para essa pesquisa consideram a penitenciária como um lugar “desumano” que produz muitos medos e traumas. Apesar da noção negativa da prisão, o que chamou a atenção é que todas destacaram uma função de aprendizado. Seja pelo fato de não quererem correr o risco de voltar para lá, seja pelo crescimento pessoal e profissional, que inclui aptidões aprendidas no cárcere. Isso também já foi trabalhado pela literatura. Autores identificaram também a melhora da convivência como uma das lições a partir das vivências com outras pessoas dentro das celas, assim como amadurecimento (LUCENA; IRELAND, 2013; MACHADO; MATOS, 2007).

Independente do significado da lição, a amostra não confirma a lógica frequentemente trabalhada por parte dos autores de que a cadeia funcionaria como uma “escola do crime”. Mesmo que os entendimentos sejam diferentes, as pesquisadas não expressam em suas narrativas algo relacionado a isso diretamente, o que demonstra a existência de variadas formas de interpretar a vivência na prisão. Contudo, é necessário pesquisar o tema de forma mais profunda e com uma amostra que inclua pessoas não inseridas no mercado de trabalho, por exemplo, ou ainda as que seguem atuando no crime. Segundo o sociólogo francês Loïc Wacquant (2004), as instituições baseadas na força tornam-se, em tese, um ambiente favorável à violência e humilhações, além de contribuir para o agravamento dos atos posteriores. Outros pesquisadores também ressaltam a falta de oportunidade de trabalho como um fator para alguns presos voltarem a realizar atividades ilícitas.

As considerações trabalhadas levam ao entendimento de que parte das presas entrevistadas quer uma nova oportunidade. E essa outra chance é buscada pelo afastamento da imagem de criminosa ou violenta. O caminho que o grupo pesquisado escolheu para se distanciar do estigma é chamando a atenção para o retorno ao feminino, embora os arquétipos de mãe, esposa e dona de casa nem sempre tenham significados iguais para todas as mulheres. Portanto, isso não quer dizer que todas as presas assumam esses papéis, até porque são práticas cotidianas (PRIORI, 2011, p. 193). No entanto, o que foi possível identificar na amostra de entrevistas é que a maior parte tem o interesse de se apresentar dessa forma. Elas confirmam ainda a máxima de que o preso se vê como alguém que precisa a todo o momento provar à sociedade que “se recuperou”, que com sua “força de vontade” está pronto para enfrentar os desafios (MARTINS; OLIVEIRA, 2013, 39).

O caráter pedagógico da cadeia indica que seria interessante estimular atividades que proporcionassem o autoconhecimento, a reflexão, assim como cursos e oportunidade de trabalho que não fossem somente relacionadas com estereótipos femininos. Isso ajudaria na possibilidade de diversificar as escolhas e ainda proporcionar o entendimento de que é possível desempenhar outros papéis.

De qualquer forma, a liberdade tem diferentes maneiras de ser vivenciada e todas elas implicam em readaptação, pois ninguém permanece o mesmo após experiências tão fortes como as vividas na prisão. Através do método de pesquisa que coloca luz nas interpretações dos sujeitos, colocando-os como protagonistas, foi possível mostrar um pouco da subjetividade das vivências e as motivações para algumas escolhas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, v.14, n.2, p. 577-586, 2009.

BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in) visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. **Revista da Associação Portuguesa de Psicologia**, v. 28 (2), p. 63-70, 2014.

BECKER, Howard S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2009.

BERGER, L. Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2004.

BITENCOURT, Álvaro Hummes. Mulheres & sistema prisional: **O sentido do trabalho para quem viveu e vive sob égide do cárcere**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação de Ciências Sociais da Pucrs. Porto Alegre. 2012.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo, IBeCRIM, 2004.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri**. Tese Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFRGS. Porto Alegre, 2012.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero**. Revista *Ártemis*, v. XVIII nº 1; p. 212-227, jul-dez, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo. Perspectiva S.A., 1961.

GOFFMAN, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro. Zahar, 1988.

LUCENA, Helen Halinne Rodrigues; IRELAND, Timothy D. O. **Presídio Feminino como Espaço de Aprendizagens**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, jan./mar. 2013, p. 113-136. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

MACHADO, Carla; MATOS, Raquel. **Reclusão e laços sociais: discursos no feminino**. *Análise Social*, v. XLII (185), p. 1041-1054, 2007.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: Marlene N. Strey (Org.). **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

MARTINS, Herbert Toledo; OLIVEIRA, Victor Neiva. **Crime, criminosos e prisão: um estudo sobre a reincidência penitenciária em Montes Claros – MG**. Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 7, n. 2, p. 32-48, Ago/Set 2013.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência e uma atualização da Teoria da Prática. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, p. 45-80, 2007.

PEREIRA, Antonio. **A educação-pedagogia no cárcere, no contexto da pedagogia social: definições conceituais e epistemológicas**/ Antonio Pereira. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 38-55, jan./dez. 2011.

PRIORI, Cláudia. **A construção social da identidade de gênero e as mulheres na prisão**. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 3, n. 4, p. 191-199, jan./jul. 2011.

REIF, Karina Reif. **Em liberdade: narrativas biográficas de mulheres com experiências de encarceramento**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Pucrs. 2016.

RODRIGUES, Maria Lúcia; Coord. **O sistema prisional feminino e a questão dos direitos humanos : um desafio às políticas sociais II**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Ed: PC. São Paulo. 2012

ROSENTHAL, Gabriele. Biographical Research. In Clive Seale, Giampietro Gombo, Jaber F. Gubrium & David Silverman (Eds.), **Qualitative Research Practice** . London: Sage, p. 48-64, 2004.

ROSENTHAL, Gabriele. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução**. Tradução de Tomás da Costa. Porto Alegre, Edipucrs, 2014.

SANTOS, Hermílio, SUSIN, Priscila, OLIVERIA, Patrícia. **Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas**. Revista de Ciências Sociais (Civitas). 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17152>. Acesso em: 17/01/2015.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Edição e organização Helmut T. R. Wagner;_Petrópolis, RJ: Vozes; 2012.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, p. 210-222, 2010.

WACQUANT, Loïc. A **Aberração Carcerária à Moda Francesa**. Revista Dados. vol. 47. Produção: Textos & Formas, p. 215-232, 2004.